

Resenha do livro “A memória do futuro: Chile (2019-2022)”

Book Review “The memory of the future: Chile (2019-2022)”

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.149732>

Carlos Eduardo Rezende Landim
Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, Brasil
carlos.landim@unesp.br  

Resumo

Memória do Futuro: Chile (2019–2022), de Pierre Dardot, reconstrói o *estallido* chileno, buscando compreender as suas forças constitutivas e seu potencial na construção de uma nova imaginação política. Diferente de seus trabalhos consagrados escritos com Christian Laval, Dardot mergulha na experiência concreta dos protestos para pensar as prefigurações e limites da reinvenção democrática ancorada em práticas do comum. A obra reinterpreta a transição chilena, enfatizando o *ethos* concertacionista e a persistência da racionalidade neoliberal, sem reduzir a sociedade a um sujeito dócil. A partir da noção de “memória do futuro”, Dardot desloca o horizonte da mudança ao orientar o presente pelo futuro desejado. O livro é organizado em seis capítulos e busca endereçar hipóteses sobre a vitória do *rechazo* diante de uma constituição indiscutivelmente progressista, que incorporava as grandes questões contemporâneas do Chile, como a plurinacionalidade, interculturalidade, ecologia, paridade de gênero, ampliação de direitos sociais e de cidadania, além de redefinir o papel do Estado em áreas fundamentais como educação, saúde e previdência.

Palavras-chave: Chile; *Estallido Social*; Neoliberalismo.

Abstract

Pierre Dardot's *Memória do Futuro: Chile* (2019-2022), reconstructs the Chilean *estallido* to apprehend the forces that animated it and the horizons it opened for a renewed political imagination. Rather than revisiting the conceptual architecture of his celebrated work with Christian Laval, Dardot turns to the textures of the uprising to probe the prefigurative possibilities and the limits of democratic reinvention grounded in practices of the common. Re-reading Chile's post-authoritarian trajectory, he foregrounds the Concertación's governing *ethos* and the endurance of neoliberal reason, while resisting any reduction of society to a docile subjectivity. Drawing on the notion of a “memory of the future,” the book reorients temporality by reading the present from the standpoint of the future to be made. Organized into six chapters, it advances hypotheses accounting for the *rechazo*'s victory despite the draft constitution's broadly progressive content - plurinationality, interculturality, ecological commitments, gender parity, the expansion of social and citizenship rights, and a redefinition of the state's role in education, health, and social security.

Keywords: Chile; *Estallido Social*; Neoliberalism.

Recebido: 22 Agosto 2025
Aceito: 12 Setembro 2025

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse

“Ao mesmo tempo que acontecia toda essa violência, havia uma alegria extraordinária de estar juntos. Era possível escutar orquestras nas marchas, algo que eu nunca tinha visto na França” (Babiker, 2023, n.p., tradução nossa). Com essa imagem, Pierre Dardot sintetiza a potência contraditória do *estallido social* chileno, tema central de *Memória do Futuro: Chile 2019-2022*, publicado no Brasil pela Editora Unicamp. A obra busca dar forma à memória desse acontecimento histórico, lançando luz sobre as emoções que mobilizaram aqueles que tomaram as ruas do Chile em 18 de outubro. Em um país marcado por décadas de uma gestão nociva da vida social, a interpelação radical da ordem vigente foi a afirmação coletiva de que a normalidade constituía o problema, como fica evidente no mote frequentemente visto pelas ruas: “*No volveremos a la normalidad, porque la normalidad es el problema*”. Diferente das obras histórico-teóricas que marcaram sua trajetória, sobretudo em parceria com Christian Laval, como *Comum: Ensaio sobre a Revolução no Século XXI* (2017a) e *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal* (2017b), esta obra de Pierre Dardot se afasta da abordagem conceitual para mergulhar na experiência concreta do *estallido social* chileno.

Dividido em seis capítulos, o livro insere as jornadas de outubro de 2019 em um horizonte mais amplo de resistência ao neoliberalismo no Chile. Para Dardot (2023, p. 24), o *estallido social* caracteriza-se como processo revolucionário, entendido não como tomada do poder de Estado, mas como capacidade da sociedade de se reinventar pela mobilização coletiva. Embora amplie o escopo do termo ao privilegiar o processo em detrimento do resultado, essa concepção impõe limites à sua própria definição. O sentido de revolução adotado está mais próximo à ideia de consolidação democrática em sentido radical, formulação que permanece subentendida ao longo do livro. Essa apropriação da ideia de revolução conecta-se à obra precedente *Comum: Ensaio sobre a Revolução no Século XXI* (2017), onde a revolução é concebida como instauração de novas formas de relação social que desafiam a apropriação capitalista.

O primeiro capítulo, intitulado *Uma “transição” que não acaba*, investiga os limites estruturais da redemocratização chilena, argumentando que a manutenção da Constituição herdada da ditadura e a consolidação do que Dardot denomina “*ethos concertacionista*” foram elementos centrais para a perpetuação da ordem neoliberal no país. Esse *ethos*, caracterizado pela recusa em questionar a estrutura constitucional herdada do regime de Pinochet e pela ênfase na conciliação entre partidos, restringiu a participação cidadã no debate público e garantiu que a transição ocorresse sem rupturas substanciais. O capítulo também destaca como a renúncia à justiça em relação aos crimes cometidos pelos militares e a continuidade do modelo econômico neoliberal foram condições impostas pelas Forças Armadas para a estabilização da democracia após 1990.

O segundo capítulo desloca o foco para os movimentos sociais, analisando-os sob a chave da subjetivação coletiva e enfatizando principalmente as lutas *mapuche*, feminista e estudantil. O autor historiciza essas mobilizações sem recorrer a um determinismo linear, destacando descontinuidades, rupturas e contingências. Ele demonstra como, a partir dos anos 2000, tais lutas começaram a operar fissuras no consenso neoliberal. Ainda que em ritmos distintos, esses movimentos acumularam forças ao longo das décadas, tornando-se protagonistas do *estallido social*. O autor trata esses movimentos de forma heterogênea, expondo, por exemplo, as distinções internas do movimento *mapuche* e a transversalidade dos movimentos estudantis e feminista, isto é, a capacidade de ambos incorporarem lutas como a dos povos mapuches e articulando demandas que ultrapassem reivindicações imediatas e adquiriram dimensões interseccionais.

Os últimos três capítulos examinam esse processo em detalhe, abordando questões como a conformação da Convenção Constituinte, o Acordo para a Paz Social, os debates sobre “plurirrepresentatividade”, plurinacionalidade e a construção de um constitucionalismo ecológico. Para o autor, em 2019 é apresentada uma nova concepção de democracia, radicalmente incompatível com a noção de “democracia protegida”, uma vez que se funda na exigência de participação popular direta na deliberação coletiva. É pertinente, nesse sentido, o discurso de abertura do primeiro processo

constituente de Elisa Loncón¹ (*apud* Dardot, 2023, p. 142): “Desta vez, estamos estabelecendo uma maneira de ser plural, uma maneira de ser democrática, uma maneira de ser participativa”. A ideia de pluralidade, democracia e participação, frequentemente consideradas como procedimentos, são elevadas a categorias de *maneira de ser*, de modo que tal categoria não é um comportamento circunstancial, mas uma disposição duradoura que só pode ser adquirida por meio da prática. Essa disposição seria fruto da relação entre a Constituinte e os movimentos sociais.

A conclusão da obra busca endereçar hipóteses sobre a vitória do *rechazo* diante de uma constituição indiscutivelmente progressista, que incorporava as grandes questões contemporâneas do Chile, como a plurinacionalidade, interculturalidade, ecologia, paridade de gênero, ampliação de direitos sociais e de cidadania, além de redefinir o papel do Estado em áreas fundamentais como educação, saúde e previdência. Para o autor (2023, p. 184-186), reduzir o resultado ao impacto de uma campanha de desinformação ou a uma derrota midiática seria uma visão simplista, incapaz de abarcar a factualidade. Com base em uma pesquisa realizada pelo Centro de Investigación Periodística (CIPER), que coletou 120 depoimentos de moradores de 12 comunas populares da região metropolitana de Santiago, Dardot revela que o desconforto mais amplo estava relacionado ao medo de que a nova constituição transferisse a propriedade das casas para o Estado e à ideia de que a plurinacionalidade dividiria o país em várias nações.

Ele interpreta que a pesquisa revela que o principal fator por trás da rejeição está no temor de perder o pouco que já se tem, um medo enraizado na “experiência neoliberal” que moldou as subjetividades. O que se coloca em questão, portanto, não é um dilema estritamente político, mas o impacto de uma experiência cotidiana que condicionou a percepção de perda e insegurança. No que diz respeito ao segundo ponto, o autor destaca que a ficção do Estado-nação uno e indivisível, embora desafiada, continua a operar de maneira persistente, mantendo-se como um dos pilares fundamentais do Estado chileno. Longe de ser um Estado fragilizado, o Estado subsidiário chileno é, na verdade, um Estado excessivamente centralizado, sustentado por essa ficção ao longo de décadas. Nesse sentido, o francês argumenta que, ao analisar o *rechazo*, é crucial reconhecer que, embora os movimentos sociais tenham gerado uma subjetivação coletiva rica e plural, estes não devem ser confundidos com a totalidade da sociedade, a qual permanece permeada por formas de subjetivação individual que continuam a influenciar o desfecho do processo.

A principal contribuição do livro é desafiar um senso comum presente em parte da intelectualidade, que consolidou a ideia do Chile como um mero laboratório das experiências neoliberais, onde as coletividades teriam se tornado inócuas. Sem ignorar que o neoliberalismo atravessou o país de forma contínua desde o golpe militar de Augusto Pinochet, em 1973, inclusive durante os anos da *Concertación*, quando a utopia neoliberal formulada pela ditadura foi preservada sob outros moldes, Dardot argumenta que reduzir a história recente do Chile à dominação irrestrita de um sujeito neoliberal docilizado seria uma simplificação indevida².

Nesse sentido, se é verdade, por um lado, que no Chile, o neoliberalismo não é apenas um objeto da experiência, mas o penetrou e moldou de forma persistente, produzindo um cansaço existencial marcado por frustração e precariedade (Dardot, 2023, p. 18), por outro lado, esse cansaço existencial não pode ser reduzido à docilidade diante da precariedade. Os movimentos sociais têm demonstrado há décadas que as lutas e experiências por eles engendradas produziram múltiplas formas de subjetivação coletiva. Como enfatiza o autor, o conflito abala os próprios mecanismos de subjetivação que sustentam a racionalidade neoliberal (Dardot, 2023, p. 54).

Centralmente, para o autor, a construção de uma alternativa política depende da capacidade de imaginação, que encontra na “memória do futuro” um horizonte possível. Criado pelas feministas chilenas, esse conceito propõe um

¹ Presidente da Convenção Constitucional, é linguista e ativista de direitos humanos, com foco na defesa dos direitos culturais do povo Mapuche.

² Para Dardot e Laval (2016, p. 231-326), a visão que entende a sociedade como uma grande empresa composta por múltiplas empresas exige a formulação de uma nova norma subjetiva, distinta daquela que orientava o sujeito produtivo típico das sociedades industriais. Esse novo tipo de sujeito ainda estaria em processo de formação, mas já seria um elemento central no funcionamento das relações de poder próprias do neoliberalismo. Seu eixo é o modelo empresarial, no qual ocorre uma unificação inédita das diversas formas de subjetividade.

exercício de imaginação política que impede a ancoragem do desejável em um passado a ser restaurado. Em vez disso, exige que o presente seja compreendido a partir do futuro que se busca construir. Esse futuro não está previamente determinado, mas se define no processo de deliberação coletiva e na ação comum, orientando a transformação política e social (Dardot, 2023, p. 194). O livro *Memória do Futuro* vai além da reconstrução sócio-histórica da revolta chilena e interroga os desafios e potencialidades das lutas sociais contemporâneas. Dardot afasta-se das explicações que reduzem o fenômeno a variáveis econômicas ou a disputas institucionais, explorando a centralidade das subjetividades e das emoções políticas nos processos de transformação social.

Referências

- BABIKER, Sarah. Pierre Dardot: “La subjetivización neoliberal provoca miedo a la democracia radical”. *El Salto Diario*, 4 jun. 2023. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/movimientos-sociales/pierre-dardot-subjetivizaci%C3%B3n-neoliberal-provoca-miedo-democracia-radical>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- DARDOT, Pierre. **A memória do futuro**: Chile 2019-2022. Tradução de Clarissa Penna. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2023.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2017a.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017b.

<i>Funções de colaboração exercidas</i>	
Carlos Eduardo Rezende Landim	Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Obtenção de financiamento; Software; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)